

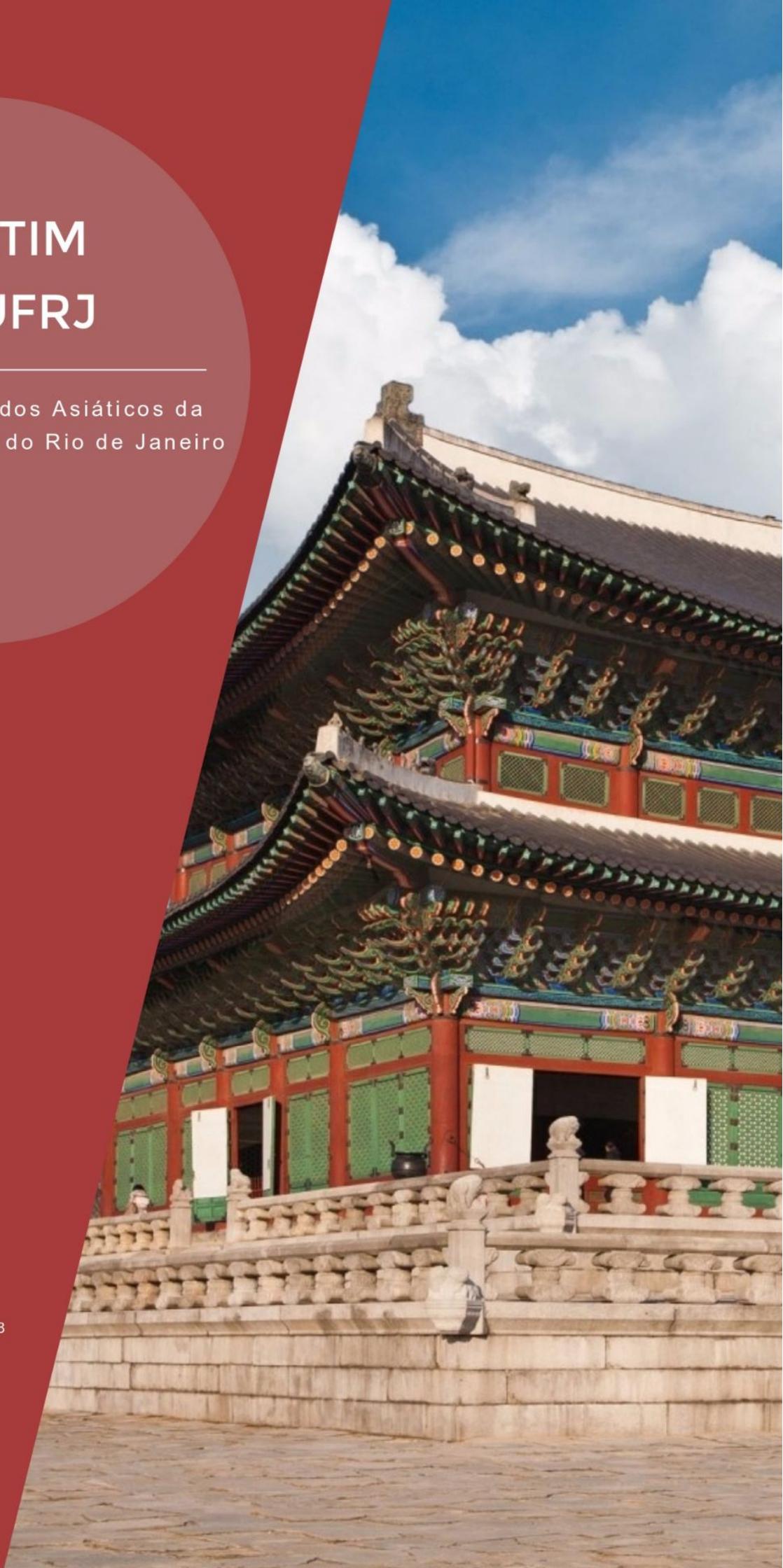
# BOLETIM LEA-UFRJ

Laboratório de Estudos Asiáticos da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANO 2 | Nº 7 |  
AGOSTO DE 2018



UFRJ



## **BOLETIM LEA-UFRJ**

**ANO 2 | Nº 7 | AGOSTO DE 2018**

O Boletim LEA-UFRJ é uma publicação mensal que reúne análises de conjuntura sobre países, regiões e temáticas referentes à Ásia. O mesmo está vinculado ao Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo composto por editorial e textos redigidos por alunos de graduação e de pós-graduação vinculados às atividades de pesquisa do laboratório. Trata-se de uma iniciativa de extensão universitária, cujo propósito é aproximar a sociedade dos trabalhos desenvolvidos dentro da universidade.

### **Corpo Editorial**

#### **Editor Executivo**

Leonardo Valente Monteiro (UFRJ)

#### **Editora Adjunta**

Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

### **Pesquisadores do Laboratório de Estudos Asiáticos da UFRJ**

Caroline Rocha T. Colbert (PEPI-UFRJ)

Davidson Costa Souza (UFRJ)

Dimitria H. de Mello Assis Nunes (UFRJ)

Giovanna Lucio Monteiro Ferreira (UFRJ)

Henrique Fischer Lemos (UFRJ)

Júlia Souza Izquierdo Penaranda (UFRJ)

Lais Helena Ferreira dos Santos (UFRJ)

Leonardo Mendonça Ventura (UFRJ)

Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

Lucas Almeida de Brito (UFRJ)

Mariana Harouche Fontes (UFRJ)

Marcelo Santos Ribeiro (UFRJ)

Matheus Bruno F. Alves Pereira (UFRJ)

Nathan Morais Pinto da Silva (Estácio)

Pedro Allemand M. Silva (PEPI-UFRJ)

Rebecca Souza Batista (UFRJ)

Sabrina Rodrigues Pacheco (UFRJ)

Thayane Queiroz Santos de Jesus (UFRJ)

### **Capa e Layout**

Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

### **Contato**



Laboratório de Estudos Asiáticos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 250 – Praia Vermelha – CEP 22290-902

Rio de Janeiro/RJ – Brasil

E-mail: [leari.ufrj@gmail.com](mailto:leari.ufrj@gmail.com)

Site: [leariufrj.wixsite.com/home](http://leariufrj.wixsite.com/home)

# SUMÁRIO

## EDITORIAL

SOBRE A NONA EDIÇÃO DO BOLETIM .....	04
--------------------------------------	----

## ARTIGOS

O ORIENTE MÉDIO SOB A ÉGIDE DE PEQUIM .....	06
---	----

OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI: A ESTRATÉGIA SINO-RUSSA E A QUESTÃO INDIANA .....	11
---	----

A GUERRA COMERCIAL ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A CHINA E A APROXIMAÇÃO SINO-GERMÂNICA .....	17
---	----

A RELAÇÃO TRIANGULAR ENTRE OS ESTADOS UNIDOS, A CHINA E TAIWAN APÓS A ELEIÇÃO DE TSAI ING-WEN EM 2016 .....	22
---	----

A POLÍTICA DE PODER NO ENCONTRO DE PUTIN E TRUMP EM HELSINQUE .....	28
---	----

CAMINHO PARA A GLÓRIA: O JAPÃO NA LIDERANÇA DO LIVRE COMÉRCIO NA ÁSIA-PACÍFICO .....	34
--	----

## EDITORIAL

### SOBRE A NONA EDIÇÃO DO BOLETIM

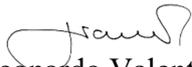
Nesta edição, o boletim do Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEA-UFRJ) retorna à análise das agendas de grandes potências regionais e extrarregionais no continente asiático, em meio ao rearranjo de forças em curso no sistema internacional. Assim, perscrutamos as iniciativas de cooperação regional impulsionadas pela China e atreladas aos projetos da *Belt and Road Initiative* (BRI), bem como ponderamos os mais recentes desdobramentos da guerra comercial com os Estados Unidos e o endurecimento do Princípio de Uma Só China para restringir o raio de ação de Taiwan e dissuadir o apoio velado de Washington à ilha. Já no que se refere à potência hegemônica, averiguamos o estado do seu relacionamento com a Rússia, mediante o prolongado tensionamento das relações entre Moscou e o Ocidente, e examinamos a liderança assumida pelo Japão nas negociações da Parceria Transpacífica (TPP) após a retirada dos Estados Unidos das mesmas.

No primeiro artigo, Mariana Harouche investiga o Fórum de Cooperação China-Estados Árabes (CASCF), debatendo o aprofundamento da cooperação econômica e de segurança entre Pequim e os países árabes do Oriente Médio e do Norte da África no âmbito da Nova Rota da Seda, além do anseio chinês em se tornar o guardião da paz e da estabilidade nessa região. No segundo artigo, por sua vez, Dimitria Nunes discorre sobre a 18ª Cúpula da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), cuja origem remonta à reaproximação sino-soviética nos anos 1990, parceria estratégica que vem se fortalecendo cada vez mais nos últimos anos; destacando a participação da Índia e do Paquistão como Estados-membros efetivos pela primeira vez e o potencial papel de mediação da organização nos conflitos indo-paquistanês e sino-indiano.

O terceiro artigo, elaborado por Henrique Lemos e Marcelo Ribeiro versa sobre a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, e a aproximação econômica da segunda com a Alemanha, no que pode ser considerado um efeito colateral das medidas protecionistas adotadas por Washington, repudiadas domesticamente, pelo congresso americano, e externamente, pelos defensores do livre comércio, em geral, e seus próprios aliados, em particular. Já o quarto artigo, escrito por Caroline Colbert, esquadrinha as relações entre os Estados Unidos, a China e a ilha de Taiwan, focalizando o estreitamento das relações informais entre Washington e Taipé e o aumento das retaliações chinesas desde a eleição da atual presidente taiwanesa, Tsai Ing-Wen.

No quinto artigo, Laís Ferreira e Sabrina Rodrigues sondam o encontro entre Donald Trump e Vladimir Putin, celebrado em Helsinque, em julho deste ano, para debater uma série de questões contenciosas que envolvem os Estados Unidos e a Rússia; tendo o mesmo sido

considerado uma vitória para Moscou, devido à baixa assertividade de Trump durante a reunião e ao predomínio dos interesses do presidente russo. No sétimo artigo, por fim, Rebecca Souza, discute a posição do Japão na promoção do livre comércio na região da Ásia-Pacífico, liderando as negociações de grandes acordos regionais – dos quais o mais importante ainda é o TPP, a despeito da saída dos Estados Unidos do mesmo – que objetivam impulsionar o crescimento econômico japonês e contrabalancear a projeção de Pequim, em especial a Nova Rota da Seda.

  
Leonardo Valente e Leticia Ferreira  
  
Editores

## O ORIENTE MÉDIO SOB A ÉGIDE DE PEQUIM

*Mariana Harouche Fontes*

Vislumbrando a consolidação de um projeto integracionista altamente ambicioso, e buscando incessantemente o aumento da sua influência global, a China tem estreitado cada vez mais suas relações com os países do Oriente Médio ao longo dos últimos anos. Em 10 de julho de 2018, ocorreu a oitava reunião do *China-Arab States Cooperation Forum* (CASCF), na qual abordou-se importantes questões diplomáticas, contemplando áreas estratégicas da indústria, cultura e energia para a aproximação das partes. Aproveitando-se do poderio estadunidense declinante na região, a política externa chinesa penetra com avidez nos países árabes, movida pela agenda econômica pautada na iniciativa *One Belt, One Road* (OBOR), e começa a delinear políticas orientadas para a defesa dos atores envolvidos na cooperação (CGTN, 2018).

Criado em 2004, durante o mandato do presidente chinês Hu Jintao, o CASCF é uma iniciativa formada pela China e outros 21 países do Oriente Médio e do Norte da África, visando promover negociações, diálogos interculturais e investimentos mútuos que engendrem acordos de cooperação em diversos setores, sobretudo na esfera econômica (BRICS POLICY CENTER, 2018). No último encontro, cerca de 300 entidades diplomáticas compareceram, entre ministros de relações exteriores e chefes de Estado, incluindo o atual presidente da China, Xi Jinping. Em seu discurso de abertura, Xi reiterou a importância do projeto OBOR, como ferramenta crucial para uma maior abertura diplomática entre a China e o mundo árabe, e do estabelecimento de políticas de ganho mútuo (*win-win*) comprometidas com o intercâmbio energético, principalmente de petróleo e gás, mas também de fontes de baixo carbono (XINHUA, 2018).

No âmbito da segurança e da defesa, o líder chinês deixou claro o desejo da China de auxiliar na estabilização de conflitos na região – enfatizando a atual situação entre Israel e a Palestina –, porém sempre respeitando a soberania dos Estados, defendendo reconciliações e, concomitantemente, combatendo o terrorismo. Durante o anúncio da nova fase das políticas de aproximação<sup>1</sup>, o presidente chinês divulgou a criação de um centro de imprensa oficial sino-árabe vinculado a Pequim, além de um consórcio entre bancos para apoiar as iniciativas de desenvolvimento. As propostas foram abordadas na presença de todos os 21 ministros de relações exteriores dos países membros do fórum, simbolicamente demonstrando um grande nível, por parte do mundo árabe, de abertura à atuação chinesa; influência essa que ganha notoriedade na região desde o final da Guerra Fria (Idem, 2018).

---

<sup>1</sup> Durante o encontro, três acordos foram consumados entre os ministros das relações exteriores presentes: a Declaração de Pequim, o Plano de Ação para os próximos dois anos (2018-2020) e a Declaração de Ação sobre a Cooperação *Belt and Road* China-Estados Árabes (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2018).

Os enlances contemporâneos entre os países emergentes terceiro-mundistas ganharam notoriedade após a Conferência de Bandung, em 1955<sup>2</sup>, quando as relações sino-árabes começam a se delinear ante a visão favorável chinesa aos movimentos pan-arabistas e anti-imperialistas. Nota-se que o Egito, a Síria e o Iêmen foram os primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a China, em 1956, um ano após se mostrarem contrários à aliança entre o Iraque e a Turquia estabelecida com o Pacto de Bagdá<sup>3</sup>. As críticas às movimentações ocidentais na região, apesar de ganharem espaço entre os países árabes, estremecem as relações com Israel até o começo da década de 1990 (GUANG, 1997); sendo a pauta de reconciliação árabe-israelense um dos assuntos mais discutidos pela diplomacia chinesa desde então.

A partir de 1970, após o fim da Revolução Cultural, a China retoma sua agenda diplomática no Oriente Médio com uma abertura maior aos países que possuíam potências europeias como principais aliados, firmando laços com a Turquia, o Irã e o Líbano. A ascensão do país à membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, alicerçada às reformas de Deng Xiaoping, em 1978, possibilitaram o diálogo com todos os países da região. O objetivo maior chinês era entrar na disputa por recursos encabeçada pela bipolaridade Estados Unidos-URSS, além de obter prestígio internacional frente à Taiwan e difundir a *One China Policy*, segundo a qual a ilha é território inalienável da República Popular da China (RPC). Os tratados de comércio com a região se consolidaram a partir de 1992, quando os países árabes e Israel acataram a política e reconheceram Taipé como parte da RPC, estabelecendo, então, relações formais com a China (SCOBELL; NADER, 2016). Mediante o boom de expansão econômica e reconstrução de infraestrutura interna, a China se tornou um dos maiores importadores de petróleo do mundo, em 1993, tornando as negociações para seu abastecimento a força motriz do interesse em mais investimentos nos países que rodeiam o Golfo Pérsico (GUANG, 1997).

Em 2007, inicia-se uma fase de investimentos centrados na estrutura da cadeia mundial de transporte e informação, construindo-se ferrovias de alta velocidade integradas a portos e aeroportos, as quais viabilizam o arcabouço para corredores comerciais transoceânicos. No início do mandato de Xi, em 2013, a *One Belt, One Road* (OBOR) ou *Belt and Road Initiative* (BRI) foi formalizada, institucionalizando o plano de financiamento chinês ao redor do globo. O seu principal objetivo é o reestabelecimento da antiga rota da seda, que transpassava o Sul e Sudeste Asiático até o Norte africano e o Mediterrâneo, porém, repaginada, interconectada e

---

<sup>2</sup> Realizada em 1955, a Conferência de Bandung inaugurou o movimento dos países do terceiro mundo, emergentes e não alinhados à bipolaridade entre Rússia e Estados Unidos, na história contemporânea (BISSIO, 2013).

<sup>3</sup> Aliança de defesa consumada entre Turquia e Iraque, e, posteriormente, Irã, Paquistão e Reino Unido contra a URSS em 1955 (ARRAES, 2018).

atendendo aos padrões do sistema capitalista contemporâneo. Impulsionar-se-á, assim, uma nova onda de influência chinesa no Oriente Médio. O *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) e o *Silk and Road Fund* são organismos que ganharam notoriedade com o avanço da OBOR, configurando o cerne das bases financeiras de integração para o sucesso das cúpulas do CASCF no presente e no futuro; além de assegurar o comércio petrolífero, no qual a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Irã são os principais parceiros de abastecimento energético para a China, articulados ao *Gulf Cooperation Council* (GCC) (LIN, 2017).

Outra discussão importante acerca das potências mundiais que atuam no Norte africano e no Oriente Médio é a gradativa perda de influência estadunidense frente às investidas chinesas nos países do Golfo. A invasão do Iraque, em 2003, e a crise mundial de 2008 foram episódios determinantes para a guinada de Pequim na região, lapidada por uma agenda de “ascensão pacífica” e dita “não-hegemônica” (SOUZA; JARDIM, 2017). A atuação dos Estados Unidos na Guerra da Síria não vem sendo encarada com boas perspectivas, conferindo abertura para uma maior atuação de outros países, principalmente a Rússia. Nesse contexto, apesar de adotar oficialmente um posicionamento neutro quanto ao apoio a regimes ascendentes, o governo chinês trava acordos econômicos com todos os países da região, independente dos conflitos e disputas entre os mesmos. Além disso, esse deixa explícito o seu propósito de tornar-se um reconciliador após as significativas doações milionárias para a reconstrução dos territórios afetados por guerras, como Iêmen, Síria, Jordânia e Palestina (RUSSIA TODAY, 2018).

Sintetizando o panorama de cooperação reiterado nos discursos proferidos durante a realização da última cimeira do CASCF, é notório que, de fato, há um ambiente fértil e favorável para a germinação de uma maior cooperação sino-árabe e sino-israelense na esfera econômica e cultural, tanto por vias bilaterais quanto multilaterais. Porém, é preciso refletir sobre os limites das políticas chinesas como garantidoras da estabilidade em uma região de conjunturas tão oscilantes e críticas como o Oriente Médio. A divisão entre sunitas e xiitas, a crise diplomática no Qatar, a guerra no Iêmen e na Síria e as áreas de disputa entre os EUA e a Rússia são alguns dos desafios com que a China se depara ao incorporar o discurso de manutenção e garantia da paz (SUN; ZOUBIR, 2014). Resta saber se o interesse econômico-energético chinês no Oriente Médio e no Norte da África é suficiente para fomentar um apoio efetivo à estabilidade interna e externa dos países dessa região.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRAES, Virgílio. Guerra do Golfo: a crise da nova ordem mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 47, nº 1, 2004, p. 112-139. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100006)>. Último acesso em 15 de setembro de 2018.

BISSIO, Beatriz. **De Bandung aos BRICS: continuidade ou ruptura?**. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 37º, 2013, São Paulo. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st32/8611-de-bandung-aos-brics-continuidade-ou-ruptura/file>>. Último acesso em: 15 de setembro de 2018.

China, Arabs States to sign 'Belt and Road Cooperation Declaration'. **China Global Television Network (CGNT)**, 2018. Disponível em: <[https://news.cgtn.com/news/3d3d774e326b6a4e78457a6333566d54/share\\_p.html](https://news.cgtn.com/news/3d3d774e326b6a4e78457a6333566d54/share_p.html)>. Último acesso em: 30 de julho de 2018.

China Focus: China, Arab states to forge strategic partnership. **Xinhua**, 2018. Disponível em: <[http://www.xinhuanet.com/english/2018-07/10/c\\_137315080.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2018-07/10/c_137315080.htm)>. Último acesso em: 30 de julho de 2018.

Contesting America? China pumps reconstruction money into Middle East amid US trade war. **Russia Today**, 2018. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/432625-china-middle-east-restoration/>>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

GIFFONI, Clara; VERAS, Francisco; GOMES, Geovana; GOMES, Mariana; PENIDO, Laura; ESTEVES, Paulo; LOPES, Pedro. **The China-Arab States Cooperation Forum (CASCF). BRICS Policy Center - Centro de Estudos e Pesquisas BRICS**, 2018. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/7289/doc/543993422.pdf>>. Último acesso em: 2 de agosto de 2018.

GUANG, Pan. China's Success in the Middle East. **Middle East Quarterly**, vol. 4, nº 4, 1997. Disponível em: <<https://www.meforum.org/articles/other/china-s-success-in-the-middle-east>>. Último acesso em 15 de agosto de 2018.

LIN, Christina. The Belt and Road and China's Long-term Visions in the Middle East. **Institut für Strategie Politik Sicherheits und Wirtschaftsberatung (ISPSW) Strategy Series: Focus on Defense and International Security**, nº 512, 2017. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/resources/docs/ISPSW-512%20Lin.pdf>>. Último acesso em 30 de agosto de 2018.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Ministério das Relações Exteriores. **The 8th Ministerial Meeting of the China-Arab States Cooperation Forum (CASCF) Held in Beijing**, 2018. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/t1576621.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1576621.shtml)>. Último acesso em: 2 de agosto de 2018.

SCOBELL, Andrew; NADER, Alizera. **China in The Middle East: The Wary Dragon**. Califórnia: Rand Corporation, 2016. Disponível em:

<[https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research\\_reports/RR1200/RR1229/RAND\\_RR1229.pdf](https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR1200/RR1229/RAND_RR1229.pdf)>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

SOUZA, Bruno; JARDIM, Emmanuel. A presença chinesa no Oriente Médio frente à hegemonia mundial dos Estados Unidos. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas**, v. 4, n. 3, 2017, p. 5-24. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2016v4n3p5>>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

SUN, Degang; ZOUBIR, Yahia. China-Arab States Strategic Partnership: Myth or Reality?. **Journal of Middle Eastern and Islamic Studies (in Asia)**, Vol. 8, No. 3, 2014, p. 70-101. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19370679.2014.12023246>>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

## OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI: A ESTRATÉGIA SINO-RUSSA E A QUESTÃO INDIANA

*Dimitria H. de Mello Assis Nunes*

Nos dias 9 e 10 de junho, doze chefes de Estado se reuniram para 18ª Cúpula da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), em Qingdao, cidade costeira da província de Shandong, leste da China. Participaram do encontro líderes dos oito Estados-membros e dos quatro Estados-observadores, bem como chefes de organizações internacionais. Encabeçada pelo presidente chinês, Xi Jinping, a cúpula teve como objetivo revisar a jornada da organização e elaborar um plano conjunto para o seu desenvolvimento futuro (XINHUA, 2018).

A emergência da organização remete à formação, em 1996, de um espaço regional conhecido como “os Cinco de Xangai”, cujos membros fundadores foram China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão. Esse se insere em um contexto de reaproximação sino-russa, o qual se desenrolou a partir de 1991, com uma série de acordos e tratados entre as duas potências<sup>4</sup>. O mecanismo criado foi o meio através do qual os chefes de Estado dos respectivos membros realizaram encontros para a discussão de diversos temas, como a confiança mútua, a delimitação de fronteiras e o desarmamento das regiões fronteiriças. Em 2001, após o ingresso do Uzbequistão, o espaço foi transformado em uma instituição permanente: a Organização para a Cooperação de Xangai, com foco voltado para a cooperação em questões de âmbito político-militar, em especial ações conjuntas a fim de neutralizar os três “ismos” dos quais padece a região: o terrorismo, o separatismo e o extremismo (NEVES, 2014).

Assim, a organização visa estabelecer medidas restritivas às atividades criminosas que transpassam as fronteiras de seus Estados-membros, como o tráfico de narcóticos e de armamentos e a imigração ilegal. Além disso, a OCX tem o compromisso com a promoção da cooperação econômica entre as partes, a fim de desenvolver um ambiente favorável para o comércio e investimentos, o qual, gradualmente, transformar-se-ia em uma área de livre circulação de bens, serviços, capital e tecnologia. Tal objetivo está de acordo com a diretriz da organização que versa sobre o estímulo ao crescimento econômico como método prioritário ao combate ao terrorismo, em comparação à utilização da força. Dessa forma, estimula-se a construção de infraestruturas, a fim de atender algumas das necessidades das populações locais

---

<sup>4</sup> Nesse ano foi estabelecido o Acordo de Fronteiras Sino-Russo, responsável pelo fim da maior parte das disputas territoriais, as quais estiverem entre as causas do rompimento sino-soviético em 1960. Já em 2001, o Tratado de Boa-Vizinhança e Cooperação Amistosa previu a formação de uma aliança estratégica, a durar ao menos 20 anos, em diversas áreas, inclusive no campo de segurança mútua. Em 2004, por fim, a Rússia aceitou ceder territórios antes reivindicados pelos chineses. Dessa forma, findaram-se as disputas territoriais entre os dois países (MORAES, 2010).

e coibir a ação de movimentos terroristas, concedendo maior legitimidade aos governos nacionais (Idem, 2014).

Consoante a isso, a OCX se coloca como um programa complementar e coordenado de alteração do perfil de ação em relação àquele modulado pelos Estados Unidos para a região a partir da Guerra ao Terror, instaurada no mesmo ano de criação da organização. Antes disso, as potências regionais já indicavam a disposição de lidar com a temática securitária de forma conjunta, mas foi a intensa mobilização ocidental, impulsionada pelas forças estadunidenses e europeias para o combate ao terrorismo islâmico e a inibição de países detentores de armas de destruição em massa, que potencializou e institucionalizou os esforços regionais. Destarte, a organização tende a coibir intervenções diretas, que ameacem a soberania nacional e estimulem a população local a se amparar em movimentos políticos internos de resistência (Ibidem, 2014).

A OCX, desde então, vêm desempenhando um papel importante para o estreitamento da relação sino-russa, capaz de propiciar a convergência das perspectivas geopolíticas das duas potências para a região da Ásia do Sul e Central. Apesar de seu foco regional prioritário, a organização tem por objetivo mais amplo contribuir para a construção de uma ordem multipolar, constituindo uma arena política não ocidental para a governança global. Dessa forma, a construção de uma agenda convergente entre as duas potências que lideram – informalmente – a organização constitui um de seus propósitos (MORAES, 2010).

A 18ª Cúpula, realizada em junho, sinalizou os desafios e progressos da organização, desde seu último alargamento, em junho de 2017, o qual foi responsável pela incorporação da Índia e do Paquistão como Estados-membros plenos. Participaram, também, como Estados-observadores, representantes do Afeganistão, da Bielorrússia, do Irã e da Mongólia (XINHUA, 2018). Nela, enfatizou-se o “Espírito de Xangai”, o qual remete aos Cinco de Xangai e pode ser sintetizado pelos princípios de confiança mútua, benefícios mútuos, igualdade, respeito à diversidade dos povos e busca de desenvolvimento comum. Tais premissas são compatíveis com as tradições milenares chinesas e transcendem os conceitos de choque de civilizações e de jogo de soma-zero (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2018).

No encontro, os representantes firmaram 23 documentos de cooperação, excedendo às expectativas gerais e tornando-se a cúpula mais profícua da organização desde então. Tais acordos se materializam em: Tratado de Boa-Vizinhança, Amizade e Cooperação a Longo-Prazo, que prevê o estabelecimento de boas relações fronteiriças entre os Estados-membros no prazo de cinco anos; um programa de cooperação de três anos para combater as “três forças” (terrorismo, separatismo e extremismo); múltiplos documentos de cooperação prática, de largo

escopo, os quais incluem facilitação do comércio, segurança alimentar e cooperação alfandegária; uma declaração conjunta sobre a promoção da facilitação do comércio, que apela para a manutenção do sistema multilateral de comércio, de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), inclusivo, transparente e opondo-se às práticas protecionistas; bem como a cooperação nas áreas de proteção ambiental, cultura, educação, ciência e tecnologia, saúde, turismo, direitos dos jovens e da mulher e esportes. Além disso, Xi Jinping enfatizou a importância de promover a construção do projeto *One Belt One Road* para elevar a cooperação econômica regional, declarando que estabelecerá uma facilidade de empréstimo especial equivalente a 30 bilhões de yuans (US\$ 4,7 bilhões) no âmbito do Consórcio Interbancário da OCX (Idem, 2018).

A cúpula também contou, pela primeira vez, com a presença de diretores enviados das Nações Unidas, representantes da União Econômica Euroasiática (UEE), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Ademais, todos esses reconheceram os conceitos de cooperação da OCX, bem como sua crescente influência na região e globalmente (Ibidem, 2018). Os resultados da cúpula foram emitidos na Declaração de Qingdao. À margem disso, os presidentes da Rússia, do Cazaquistão e do Quirguistão farão visitas de Estado à China, e o presidente iraniano fará uma visita de trabalho à mesma (XINHUA, 2018). A presença desse na Cúpula da OCX, por sua vez, pode ser encarada como um endosso simbólico dos Estados-membros ao acordo nuclear com o Irã, o *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA), do qual os Estados Unidos, recentemente, anunciaram sua retirada (ZHENG, 2018).

Apesar dos avanços, a organização ainda enfrenta uma série de desafios e entraves. A adesão dos novos membros efetivos – Índia e Paquistão – põe em questão a histórica animosidade entre os dois países, desde a independência paquistanesa em 1947, quando o país recém fundado passou a temer uma invasão indiana através das planícies de fácil acesso ao leste de seu território. Decorrente disso, as políticas externas de ambos os países visam alianças estratégicas antagônicas, que permitam contrabalançar as forças fronteiriças. Em junho deste ano, a Doutrina Bajwa, lançada pelo chefe do exército paquistanês, Qamar Javed Bajwa, ditou sobre o anseio do país em estabelecer laços pacíficos com seus vizinhos, dando o primeiro passo para a aproximação entre eles. Essa foi respondida positivamente, via participação diplomática de uma delegação indiana. No entanto, iniciativas de paz como essa se mostraram frágeis ao longo da história (HUSSAIN, 2018).

Entre os pontos de divergência dos dois países, estão a questão da Caxemira e disputas pela água, escassa na região. A OCX, dessa forma, pode se tornar uma via de solução dessas

controvérsias, uma vez que relações pacíficas com Islamabad proporcionariam à Nova Deli o acesso aos mercados da Ásia Central através do Paquistão. Entretanto, o fracasso da Associação do Sul da Ásia para a Cooperação Regional (SAARC)<sup>5</sup> evidencia o caráter frágil da parceria indo-paquistanesa. Após as falhas tentativas do Paquistão de “sequestrar” os fóruns, a fim de protagonizar a associação, a Índia passou a boicotar os encontros e tornou a plataforma disfuncional (AWAN, 2018).

Atualmente, a política externa indiana está mais direcionada ao Ocidente. A adesão do país ao grupo Quad (*Quadrilateral Security Dialogue*) – do qual também fazem parte Estados Unidos, Japão e Austrália – levanta o questionamento de se tal política pode funcionar em paralelo à aliança regional da OCX. Ademais, atualmente a Índia é considerada o segundo maior beneficiário da ajuda dos Estados Unidos, depois de Israel. Washington forneceu assistência econômica, financeira, política e militar ao parceiro indiano e também compartilha de um Memorando de Acordo de Intercâmbio Logístico (LEMOA, na sigla em inglês), que estabelece o uso conjunto de parcelas de militares de ambos para fins logísticos (Idem, 2018).

A aproximação da Índia aos Estados Unidos é concomitante ao distanciamento daquela com a China. O país indiano é o único membro da OCX a se opor abertamente à iniciativa *Belt and Road*, denunciando uma alegada busca por protagonismo chinês na região, e a certos acordos que teriam, por fim, beneficiado somente o gigante asiático. No entanto, o presidente chinês, Xi Jinping, vem conduzindo tentativas de diálogo com o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, com o objetivo de reverter essa situação e adquirir o apoio do seu vizinho. Os eventos no último ano exaltaram as expectativas de reaproximação da relação: a Cúpula dos BRICS, em setembro de 2017; a visita do novo secretário de Relações Exteriores da Índia, Vijay Gokhle, à China, em fevereiro de 2018 – fundamental para resolver o impasse da área de Doklam<sup>6</sup> –; e o encontro informal de Modi e Xi, em abril de 2018 (Ibidem, 2018).

Além disso, a recente guerra comercial sino-estadunidense pode vir a favorecer a relação comercial entre China e Índia, já que o mercado de algodão chinês pode ser aproveitado por Nova Deli, após a retaliação chinesa aos EUA, responsável por impor altas tarifas sobre a *commodity*. Dos cinco milhões de fardos de algodão importados anualmente pela China, 40%

<sup>5</sup> A SAARC foi criada para organizar uma frente combinada dos Estados do sul da Ásia para o desenvolvimento econômico e acesso ao mercado para os Estados-membros dentro e fora da região (AWAN, 2018).

<sup>6</sup> O impasse na área de Doklam, situada entre o vale Chumbi do Tibete, ao norte, o vale Ha do Butão, a leste, e o estado de Sikkim da Índia, a oeste, começou em meados de junho de 2017, quando na região, considerada pela China como parte da Região Autônoma do Tibete, soldados chineses iniciaram trabalhos de construção de uma instalação militar. A Índia, por sua parte, deslocou tropas para a área a fim de defender seu aliado, o Butão. Como resultado, as tropas do exército chinês e da Índia ficaram a uma distância de apenas algumas centenas de metros, sob risco de um confronto iminente (SPUTNIK, 2017).

provinham dos estadunidenses, enquanto, atualmente, não há imposto de importação sobre o algodão indiano para a China (MAJUMDER, 2018).

Em suma, os avanços da Organização para Cooperação de Xangai, representados na 18ª Cúpula, simbolizam o fortalecimento dos atores regionais, que propõem uma forma conjunta e autônoma de lidar com os seus conflitos. As divergências entre alguns dos membros da organização, como a indo-paquistanesa e a sino-indiana, constituem desafios, os quais devem ser solucionados de forma a manter a coerência funcional da OCX. Apesar das relações historicamente conflituosas entre esses países, o rearranjo da ordem mundial, com o escalamento das tensões entre Irã e Estados Unidos, o distanciamento desse e do Paquistão, a possível aproximação sino-indiana e o projeto de integração *Belt and Road* chinês estimulam um ambiente propício à formação de novos quadros, os quais podem ter a Rússia e a China como protagonistas na Ásia do Sul e Central.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AWAN, Zamir. What will India's role be in the SCO?. **Asia Times**, 2018. Disponível em: <<http://www.atimes.com/what-will-indias-role-be-in-the-sco/>>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

China Focus: What to Expect from SCO Summit in Qingdao. **Xinhua**, 2018. Disponível em: <[http://www.xinhuanet.com/english/2018-06/04/c\\_137229516.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2018-06/04/c_137229516.htm)>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

Conflito à vista? China volta a deslocar tropas para área de Doklam disputada com Índia. **Sputnik**, 2017. Disponível em: <[https://br.sputniknews.com/asia\\_oceania/2017121510079096-china-deslocar-tropas-doklam-area-disputada-india/](https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2017121510079096-china-deslocar-tropas-doklam-area-disputada-india/)>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

HUSSAIN, Aftab. SCO to promote India-Pakistan amity. **Global Times**, 2018. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/1106036.shtml>>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

MAJUMDER, Subrata. SCO Summit: India's Entry Opens New Chapter to Rewrite Sino-Indian Relation, Albeit Modi's Refusal to BRI – Analysis. **Eurasia Reviews**, 2018. Disponível em: <<https://www.eurasiareview.com/16062018-sco-summit-indias-entry-opens-new-chapter-to-rewrite-sino-india-relation-albeit-modis-refusal-to-bri-analysis/>>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. Instituições de Segurança e Potências Regionais: a Organização para a Cooperação de Xangai (SCO) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS). **Boletim de Economia e Política Internacional**, nº 2, abr./jun. 2010. Brasília: Ipea, 2010, p. 37-47. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_internacional/100622\\_boletim\\_internacional02.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100622_boletim_internacional02.pdf)>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

NEVES, Edson José. O Paquistão e o Combate ao Terrorismo na Ásia Meridional: entre o intervencionismo estadunidense e a regionalização da segurança. In: SOUZA, André; NASSER, Reginaldo; MORAES, Rodrigo. **Do 11 de setembro de 2001 à Guerra ao Terror**. Brasília: Ipea, 2014, p. 129-159.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Ministério das Relações Exteriores. **Wang Yi Gives an Interview to the Media on the SCO Qingdao Summit**, 2018. Disponível em: <[http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/t1568386.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1568386.shtml)>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

ZHENG, Sarah. China, Russia set to show support for Iran nuclear deal at security bloc summit, observers say. **South China Morning Post**, 2018. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2148179/china-russia-set-show-support-iran-nuclear-deal>>. Último acesso em: 3 de agosto de 2018.

## A GUERRA COMERCIAL ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A CHINA E A APROXIMAÇÃO SINO-GERMÂNICA

*Henrique Fischer Lemos*

*Marcelo Santos Ribeiro*

Desde a eleição de Donald Trump, em novembro de 2016, e sua posse como 45º presidente dos Estados Unidos, o mercado global passou a sofrer sustos consideráveis. Sustos esses que vão desde o aumento de tarifas gerais sobre o aço, que afetaram inclusive o Brasil, até a escalada da crise diplomática com a Coreia do Norte. Porém, nenhum desses imbróglios representa, para a ordem global vigente, um problema tão grandioso quanto a guerra comercial imposta pela administração Trump à China (FREITAS, 2018). O conflito teve início no dia 15 de junho de 2018, quando o governo americano anunciou a imposição de tarifas sobre importações chinesas que tinham valor estimado na casa dos 50 bilhões de dólares americanos, segundo comunicado enviado por Washington:

“À luz dos roubos de propriedade intelectual e de tecnologia que a China tem feito e de suas outras práticas injustas de comércio, os Estados Unidos irá implementar tarifas de 25% sobre US\$ 50 bilhões de bens da China, que contenham tecnologias industrialmente significativas” (FREITAS, 2018).

O governo chinês, já ciente das intenções estadunidenses de romper com o livre comércio entre as partes, impôs de forma imediata uma tarifa adicional de 25% sobre produtos norte-americanos avaliados em exatos US\$ 50 bilhões, respondendo, assim, de forma simétrica os aumentos tarifários impostos por Washington. Tal medida prejudicou a reputação de Trump nas áreas rurais dos Estados Unidos, visto que grande parte desses produtos sobretaxados são de origem agrícola. A reciprocidade imposta por Pequim incendiou a cúpula de governo de Trump, que respondeu o contra-ataque chinês aumentando o escopo das tarifas incidentes sobre produtos chineses. Por conseguinte, o presidente americano, através de seu representante para assuntos de comércio, anunciou, no dia 18 de junho, que o país aumentaria a carga tributária de US\$ 50 bilhões para US\$ 200 bilhões de bens da China, deixando explícita a disposição de Washington em transformar o conflito em uma guerra tarifária sem precedentes (Idem, 2018).

Os altos valores financeiros que o conflito já apresenta demonstram que ambas as partes estão entrando com força total na disputa, o que fará com que tanto a China quanto os Estados Unidos sofram perdas de alto valor agregado. Apesar de se tratar de um conflito relativamente desigual, visto que a economia chinesa é mais frágil e mais dependente da americana, essa será uma batalha a ser conquistada por quem estiver mais disposto a sofrer danos sem sair do foco central do conflito, que para muitos especialistas se encontra no domínio do comércio mundial e na entrada na próxima década como grande superpotência do globo (ORCHARD, 2018).

Dessa forma, o controle da narrativa ganha grande importância, a ponto de fazer com que o fator financeiro perca parte de sua força no que tange à determinação do lado vencedor dessa guerra comercial. E é justamente nesse aspecto que habita a habilidade chinesa em direcionar o suporte de seu pujante maquinário estatal para indústrias estratégicas e em moldar a opinião pública local a ponto de transformar a narrativa do Partido Comunista Chinês (PCCh) na dominante. Algo que o núcleo de poder em Washington possui dificuldades em realizar, visto que o cenário político local se encontra mais fragmentado do que nunca. Nesse sentido, o aparato midiático chinês difunde de forma coesa e sistemática que a guerra comercial é o reflexo de um conflito maior, que tem como objetivo frear o crescimento econômico da China. Faz-se uso, então, da argumentação “nós contra o mundo”, uma tática utilizada por Pequim para justificar as ações do governo, seja no tocante aos Direitos Humanos, ou no tocante à disputa pelo Mar do Sul da China (Idem, 2018).

Essa narrativa chinesa tem como fundo uma motivação histórica, muito por conta do chamado “Século de Humilhação”. Esse período teve seu início a partir da derrota na Primeira Guerra do Ópio, em 1842 – conflito no qual a China foi subjugada por potências imperialistas –, e teve seu fim mediante o estabelecimento da República Popular da China, em 1949. Todo esse passado, muito presente no imaginário popular chinês, cria uma constante preocupação do poder central de Pequim em unir a população local em torno das políticas de Estado. Essa necessidade de união em torno das ações de governo deriva do constante receio de ingerência por parte do mundo ocidental no país. Dessa forma, com o intuito de afastar qualquer futuro risco de ingerência, a China projeta um plano arrojado de se tornar uma potência dominante no segmento tecnológico até 2025. Sua estratégia consiste em se tornar um país referência em indústrias como: robótica, aeroespacial, energia limpa e biotecnologia. Essa proposta tem sinergia com o planejamento do PCCh de confirmar o lugar da China como uma potência mundial, assim como as demais potências ocidentais (Ibidem, 2018).

É justamente essa crescente capacidade de coesão apresentada pelo Estado chinês, aliado ao controle da narrativa e dos investimentos *per se*, que representa a maior ameaça à Washington nesse embate. Enquanto se percebe uma China com um alto poder de união, presencia-se, em contrapartida, uma dita crise sistêmica do poder norte americano. O exemplo mais evidente do quão fragmentado o sistema político americano se encontra hoje, quando comparado ao chinês, é o recente embate entre Donald Trump e o Congresso estadunidense, no qual o segundo demandou, através da votação de uma proposta não vinculativa, que as próximas decisões sobre reajustes tarifários sejam votadas pelo colegiado de senadores, enviando uma

clara mensagem ao Salão Oval de Washington. Esse novo embate agravou a crise entre os poderes norte-americanos, pois, em uma votação que se encerrou com o expressivo resultado de 88 a 11, o Senado demonstrou que entende as ações de Trump como unilaterais e abusivas (ZENGERLE, 2018). Segundo o Senador Pat Toomey:

“A administração está cometendo um erro ao usar a Segurança Nacional como pretexto para impor tarifas sobre o alumínio e o aço oriundos de nossos aliados mais próximos (...) Está na hora do Congresso reafirmar sua responsabilidade constitucional no que tange ao comércio e a votação bipartidária de hoje demonstra que existem formas plausíveis de se alcançar esse objetivo” (XINHUA, 2018 a, tradução dos autores).

O embate entre o poder executivo e o poder legislativo estadunidenses não somente é usado por seus adversários políticos internos para desestabilizar o governo, como também é estrategicamente utilizado pela China para mostrar ao mundo que a administração Trump é responsável pela crescente desestabilização do sistema e pelo gradativo aumento das políticas protecionistas no que tange ao comércio internacional (XINHUA, 2018 b).

Como consequência desse cenário, o PCCh passa a aprofundar relações diplomáticas e comerciais com aliados históricos dos EUA, que foram afetados pelas rompantes e unilaterais medidas protecionistas adotadas por Washington, e passa, assim, a se projetar como a nova referência na promoção do já estabelecido livre comércio multilateral (ORCHARD, 2018). O mais latente exemplo dessa nova postura adotada pela administração de Xi Jinping foi a recente reaproximação da China com a Alemanha, que culminou na assinatura de um amplo tratado de livre comércio entre as partes. No dia 9 de julho de 2018, foram divulgados maiores detalhes sobre o acordo, onde ficou estabelecido, através de um documento assinado pela Chanceler Angela Merkel e pelo Premiê Li Keqiang, uma parceria voltada para os segmentos tecnológico e científico estimada em US\$ 23,5 bilhões e que envolveu megaempresas como Volkswagen, Siemens e Basf. Esse alinhamento inesperado entre os dois Estados surge como uma ferramenta de reiteração das práticas multilaterais do comércio global (ESCRITT; MARTIN, 2018).

Por fim, percebe-se que a celeuma entre as potências ocidentais e a China derivam de um entendimento, por parte do Ocidente, de que as firmas chinesas deveriam se abrir mais ao capital estrangeiro, assim como o mesmo é receptivo aos investimentos chineses (Idem, 2018). Isso demonstra o quão arriscado o plano chinês pode vir a ser, já que, ao se expor de tal maneira, cria-se a expectativa de maior abertura chinesa em outras áreas, para além da econômica. O risco se tornou claro, porém, quando a chanceler alemã demandou concessões, por parte do poder de Pequim, em problemáticas relacionadas a Direitos Humanos, como condição para a conclusão do acordo de livre comércio entre os países. O governo alemão impôs, como requisito para o avanço das negociações, que o governo chinês liberasse Liu Xia – viúva do Nobel da

paz Liu Xiaobo, que fora crítico voraz das violações de Direitos Humanos cometidas pelo PCCh – de sua prisão domiciliar (GAO, 2018). A demanda feita por Merkel foi atendida e demonstrou que o ambicioso plano “Made In China by 2025” pode acabar atraindo uma atenção indesejada para as contradições internas do Estado chinês.

No que diz respeito ao outro ator desse conflito, a adoção de medidas protecionistas pelo governo Trump não somente escancararam contradições internas no núcleo de poder norte-americano, ilustradas pelo mais recente embate entre as esferas legislativa e executiva sobre os limites de poder do gabinete presidencial, como também inauguraram um novo dilema para o país no plano internacional, visto que o afastamento dos EUA em relação aos seus maiores aliados no continente europeu permitiu que a China, por sua vez, se aproximasse da Alemanha. Essa não somente representa um parceiro histórico dos americanos, como também é o pivô econômico e político do país na União Europeia. Dessa forma, a aproximação sino-germânica se apresenta como um efeito deletério da posição protecionista adotada por Washington.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

China, Germany agree to oppose protectionism. **Xinhua**, 2018 b. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2018-07/10/c\\_137313065.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2018-07/10/c_137313065.htm). Último acesso em: 9 de agosto de 2018.

ESCRITT, Thomas; MARTIN, Michelle. With raft of deals, China and Germany swear to keep trade free. **Reuters**, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-germany-china/with-raft-of-deals-china-and-germany-swear-to-keep-trade-free-idUSKBN1JZ0VM>>. Último acesso em: 9 de agosto de 2018.

FREITAS, Yure. Entenda a guerra comercial dos EUA x China à luz da OMC. **Lumos Jurídico**, 2018. Disponível em: <<http://www.lumosjuridico.com.br/2018/06/19/entenda-a-guerra-comercial-dos-eua-x-china-a-luz-da-omc/>>. Último acesso em: 9 de agosto de 2018.

GAO, Charlotte. While China and Germany sign trade deals, Liu Xiaobo's widow allowed to leave China. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/07/while-china-and-germany-sign-trade-deals-liu-xiaobos-widow-allowed-to-leave-china/>>. Último acesso em: 9 de agosto de 2018.

ORCHARD, Phillip. China fights the Trade War at home. **Geopolitical Futures**, 2018. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/china-fights-trade-war-home/>>. Último acesso em: 9 de agosto de 2018.

U.S. Senate passes non-binding motion to give Congress role in Section 232 tariffs. **Xinhua**, 2018 a. Disponível em: <[http://www.xinhuanet.com/english/2018-07/12/c\\_137320121.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2018-07/12/c_137320121.htm)>. Último acesso em: 9 de agosto de 2018.

ZENGERLE, Patricia. U.S. Senate backs non-binding tariff measure, minor snub of Trump. **Reuters**, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-trade-congress-vote/u-s-senate-backs-non-binding-tariff-measure-minor-snub-of-trump-idUSKBN1K12IB>>. Último acesso em: 9 de agosto de 2018.

## A RELAÇÃO TRIANGULAR ENTRE OS ESTADOS UNIDOS, A CHINA E TAIWAN APÓS A ELEIÇÃO DE TSAI ING-WEN EM 2016

*Caroline Rocha Travassos Colbert<sup>7</sup>*

As eleições taiwanesas de 2016 foram marcadas pela vitória do Partido Democrático Progressista (PDP) sobre o habitual vencedor, o Kuomintang (KMT). A população taiwanesa reivindicava, desde o governo de Ma Ying-jeou (2008-2016), reformas econômicas, sociais e educacionais<sup>8</sup> (CHAN; GAN, 2016), as quais, associadas à manutenção do *status quo* da ilha, se tornaram táticas de campanha de Tsai Ing-wen (PDP), o que aumentou sua popularidade diante da concorrente à presidência Hung Hsiu-chu (KMT) (YU, 2017). Os taiwaneses não desejam a unificação e muito menos a independência do país, tendendo a apoiar candidatos favoráveis a manter as relações estáveis com Pequim. Foi nessa perspectiva que Tsai, mesmo concorrendo nas eleições através de um partido pró-independência, conseguiu obter sucesso:

A mudança de posicionamento de Tsai em direção à manutenção do *status quo*, ao invés de se aliar à posição pró-independência do PDP, pode ser vista como fundamental para sua vitória. No entanto, esse movimento sinalizou claramente sua atitude cautelosa em relação à questão da unificação *versus* independência. Por um lado, Tsai optou por apoiar a maioria dos eleitores de Taiwan ao privar o PDP de buscar a independência de Taiwan e, por conseguinte, tentou evitar um confronto no Estreito de Taiwan caso vencesse a eleição presidencial. A defesa do *status quo* por Tsai é especialmente importante, porque a candidatas à presidência do KMT em 2016, Hung Hsiu-chu, propôs uma conduta de “*one China, same interpretation*” como seu lema de campanha. A atitude de Hung não só foi de encontro à posição original do KMT de “*one China, respective interpretations*”, habilmente projetada sob o governo Ma, como também ofereceu ao PDP uma oportunidade vil, mas efetiva, de denunciar a proximidade de laços entre o KMT e o governo de Pequim. Por outro lado, o movimento de Tsai também se mostrou um gesto amigável ao governo de Pequim, passando a mensagem de que as relações entre os dois lados permaneceriam intactas assim que o PDP vencesse a eleição presidencial e de que Pequim não precisava se preocupar com a independência *de jure* sob o novo governo PDP (YU, 2017, tradução própria).

Os laços estáveis do Kuomintang com Pequim vêm do reconhecimento do Consenso de 1992<sup>9</sup>. Ainda que Tsai se negue a aceitar o Consenso, afirma que manterá o *status quo*, do qual

<sup>7</sup> A autora gostaria de agradecer ao colega de mestrado Ben Lian Deng a leitura, a rigorosa correção e os generosos comentários.

<sup>8</sup> Segundo o *South China Morning Post*, a derrota do Kuomintang revela um conjunto de descontentamentos referentes à política de Ma Ying-jeou, entre eles: a estagnação econômica pós-crise de 2008; a tentativa do KMT de aprovar o *Cross-Strait Service Trade Agreement*, ao qual a população era majoritariamente contrária, já que deixaria a ilha vulnerável às pressões políticas de Pequim; a luta por poder dentro do partido; e, por fim, o anseio por reformas educacionais e reajustes nos valores dos combustíveis e da eletricidade (CHAN; GAN, 2016).

<sup>9</sup> O Consenso de 1992 é um acordo extremamente ambíguo, que diz apenas que Taiwan e o Continente pertencem a “uma só China”, sem definir qual seria a China única. A frase mais conhecida do ex-presidente Ma, “*One China Constitution; one China, different interpretations; no immediate reunification, no independence, and no use of force*”, foi proferida durante a sua cerimônia de posse, em 2008, e renovada em 2012. O ex-chefe de Estado definia as relações do seu governo com a República Popular da China (RPC) por “*peaceful, mutually beneficial cross-strait economic and trade exchanges*”. Ambas as falas não são definições do Consenso de 1992, mas sim políticas desenvolvidas a partir do mesmo, sendo o mote “*one China, different interpretations*” a interpretação do Kuomintang em relação ao acordo.

o acordo é parte integrante (WONG; WU; WANG, 2016). É nesse quadro político que a presença dos Estados Unidos na região e as retaliações de Pequim à ilha tem se intensificado.

A relação entre os Estados Unidos e Taiwan está baseada nos Três Comunicados Conjuntos (*Three Joint Communiqués*) e nas Seis Garantias (*Six Assurances*) de Reagan. Em 1979, Jimmy Carter havia aprovado o *Taiwan Relations Act* (TRA), posteriormente incluído nos comunicados, que fornece as bases legais para o relacionamento não oficial entre os dois países e consagra o compromisso de Washington de ajudar Taiwan a manter a sua capacidade de autodefesa (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2018). Tendo em vista o apoio norte-americano no caso de alguma retaliação vinda de Pequim, a presidente Tsai tem estreitado relações com o governo Trump, o que lhe rendeu o *Taiwan Travel Act*, no início de 2018. Resumidamente, a lei encoraja visitas entre oficiais dos EUA e de Taiwan em todos os níveis.

A reinauguração do *American Institute in Taiwan* (AIT)<sup>10</sup>, em Taipé, não foi a única movimentação recente feita pelos Estados Unidos na ilha. Além da renovação de 250 milhões de dólares do Instituto, em julho deste ano, a secretária adjunta de Estado para assuntos educacionais e culturais, Marie Royce, visitou Taiwan para formalizar a parceria entre os dois países. Em 2017, a administração Trump já havia, ademais, enviado armamento para Taiwan e retomado as visitas da Marinha dos Estados Unidos aos portos da ilha (BRUNNSTROM; MOHAMMED, 2017), coincidindo com o aumento contínuo das tensões econômicas e militares entre a China continental e os Estados Unidos no Estreito de Taiwan e no Mar do Sul da China nos últimos meses (YANG, 2018). Pequim tem aumentado a pressão sobre Taiwan e realizado vários exercícios militares nas proximidades da ilha, como no início de junho, quando foi realizada uma atividade militar durante seis dias para simular um ataque real a Taipé. Essa simulação também foi um alerta aos Estados Unidos, visto que navios de guerra norte-americanos foram avistados no Estreito no início de junho (HUANG, 2018).

A negação do Consenso de 1992 e a reaproximação com os Estados Unidos pelo governo de Tsai têm levado Pequim a boicotar as relações internacionais de Taipé desde 2016, sendo claros os exemplos para além dos exercícios militares. Taiwan tem sido barrada de participar das reuniões de organizações internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e sofrido uma caça furtiva aos seus aliados diplomáticos.

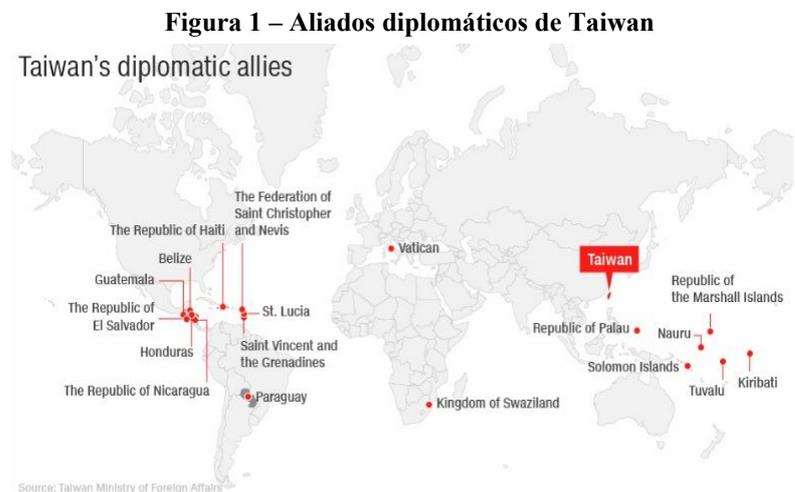
---

<sup>10</sup> Embora o AIT não seja uma embaixada oficial, sendo descrita como uma instituição, sem fins lucrativos, criada pelo governo dos Estados Unidos para representar seus interesses em Taiwan, o mesmo é considerado a embaixada *de facto* de Washington em Taipé. O instituto não havia sido fechado, tendo apenas mudado de localização após a renovação (YANG, 2018).

Além do bloqueio da participação de Taipé na reunião anual da OMS, o Secretariado da instituição também pressionou a Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA), a Associação Médica Mundial e outras organizações não governamentais internacionais a solicitarem aos membros taiwaneses que mudem seu nome de filiação de “Taiwan” para “Taiwan, China”. Caso as associações não respondessem positivamente, as relações oficiais seriam suspensas (LIN, 2018). Por outro lado, a República Popular da China (RPC) tem sido acusada por Taipé de exercer uma “diplomacia do dólar” para atrair economicamente os seus poucos aliados (THE GUARDIAN, 2018). Sabe-se que Pequim tem oferecido grandes investimentos aos países que deixam de reconhecer Taiwan, a qual, por sua vez, também busca oferecer vantagens aos países com quem mantém relações diplomáticas<sup>11</sup>.

Desde 2016, 6 países passaram a reconhecer Pequim como a capital oficial da China<sup>12</sup>, sendo eles São Tomé e Príncipe (2016), Panamá (2017), República Dominicana, Burkina Faso, El Salvador e, mais recentemente, Vaticano (2018). Assim, hoje Taiwan detém apenas 16 aliados diplomáticos: 9 na América Latina e no Caribe, 1 na África e 6 pequenos Estados insulares no Pacífico, evidenciando a ação ativa da RPC para minar as relações exteriores de Taiwan.

A relação triangular entre a RPC, os Estados Unidos e Taiwan está fundamentada nos interesses geoestratégicos na região. Taiwan possui uma localização geoestratégica vital para a China continental, uma vez que a ilha poderia ser usada por uma potência estrangeira – como



Fonte: HUNT, 2018.

<sup>11</sup> Como no caso do Reino da Suazilândia, em que hospitais, escolas e orfanatos foram construídos como forma de estreitar o relacionamento entre os dois países. Apesar da assistência econômica, a oposição suazi alega que o rei utiliza boa parte desse auxílio para benefício próprio (MCKENZIE; SWAILS, 2018). Taiwan consegue manter laços com esses países pequenos ou ilhas, ao passo que nações maiores escolhem manter relações diplomáticas com a China, tendo em vista diversas oportunidades de cooperação e investimentos bilaterais.

<sup>12</sup> O isolamento diplomático da República da China (RC), isto é, de Taiwan é um dos objetivos principais de Pequim desde a década de 1970 – sendo perseguido com maior afinco no governo do atual presidente da RPC, Xi Jinping – e do chamado *One China Principle*. Esse princípio parte da ideia de que existe apenas uma China, a Continental, com capital em Pequim, e que Taiwan, Hong Kong, Tibete e afins são partes inalienáveis da mesma. O país que reconhecer formalmente a RPC deve acatar esse princípio para poder manter relações comerciais e diplomáticas com Pequim. Cabe lembrar que a China continental e Taiwan foram separadas ao final da guerra civil de 1949, quando o governo nacionalista (Kuomintang) fugiu para a ilha. Nesse sentido, Pequim procura impedir o reconhecimento diplomático daquela que considera uma província renegada.

já acontecera em 1661, no conflito com os europeus pelo controle da Ilha de Formosa, e, em 1895, na Guerra Sino-Japonesa. A retomada de Taiwan é uma questão imprescindível à RPC para tentar frustrar a estratégia de contenção dos Estados Unidos e deixar Pequim em uma posição mais privilegiada para manter o domínio estratégico no Mar do Sul da China, por onde transitam as importações e exportações chinesas, e ameaçar o espaço japonês, no caso de algum conflito no Mar da China Oriental. Para Washington, Taiwan enceta a possibilidade de equipar as suas capacidades aéreas através de bases e apoio aliado na região conhecida como a primeira cadeia de ilhas – que abrange Japão, Taiwan, Filipinas e Indonésia –, representando uma ameaça ao bloqueio marítimo ofensivo da China (ORCHARD, 2018).

Por fim, os Estados Unidos possuem diversos embasamentos jurídicos para legitimar a venda de armas e a manutenção de relações não oficiais com Taipé, entre eles a ambiguidade presente na *One China Policy*<sup>13</sup> e o *Third Joint Communiqué*, de 17 de agosto de 1982, que não prevê nenhuma delimitação precisa sobre o fim da venda de armas para a ilha. Em *On China*, Kissinger (2011) afirma que, além dessas leis, as Seis Garantias foram secretamente negociadas por Reagan justamente para que houvesse essa ambiguidade e imprecisão. As seis garantias significam que Washington:

“(1) não concordou em definir uma data para dar fim à provisão de armas à República da China (RC); (2) não concordou em realizar consultas prévias com a China Comunista a respeito da venda de armas para a RC; (3) não desempenhará papel de mediação entre Taipé e Pequim; (4) não concordou em revisar o TRA; (5) não alterou sua posição em relação à soberania de Taiwan; e (6) não exercerá pressão sobre a RC para entrar em negociações com a RPC” (TSAI, 2015, p. 200, tradução própria).

Em suma, os Estados Unidos continuarão interferindo em Taiwan e a China continuará afirmando o *One China Principle* a favor dos seus interesses. As relações entre essas grandes potências são historicamente conflitivas no que concerne à ilha taiwanesa, estando entre as hostilidades as três crises do Estreito de Taiwan, de 1954-1955, de 1958 e de 1995-1996. Em todas, os EUA interviram a favor da manutenção do *status quo* e contra qualquer iniciativa da RPC e de Taiwan de mudarem esse status. Vale lembrar, ainda, que a administração Bush filho interferiu diretamente quando o então presidente taiwanês, Chen Shui-bian, tentou promover um referendo – favorecido por aqueles que apoiavam a independência da ilha – para demandar

<sup>13</sup> A *One China Policy* e a *One China Principle* são coisas diferentes. A primeira foi adotada, em 1979, pelos Estados Unidos, reconhecendo que a RPC é o único governo legal de toda a China, mas sem nunca explicitar que reconhecem a soberania chinesa sobre Taiwan. Já de acordo com o segundo, Taiwan é um território inalienável da China Continental. Os Estados Unidos adotaram a *One China Policy* sem acatar o *One China Principle*, o que justifica suas interferências e seu compromisso de defender Taiwan em caso de agressão chinesa.

à RPC que retirasse seus mísseis balísticos apontados para Taiwan<sup>14</sup>. Os Estados Unidos não têm nenhum desejo em uma independência *de jure* de Taiwan em relação à China continental, portanto a manutenção do *status quo* é desejável para ambos. Tendo em vista a atual condição da ilha, essa tende a continuar com divisões internas entre aqueles que defendem a independência, a unificação e o *status quo*, e qualquer demonstração do governo taiwanês contrária à RPC pode desencadear novas tensões entre Taipé, Pequim e Washington.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRUNNSTROM, David; MOHAMMED, Arshad. U.S. plans to sell Taiwan about \$1.42 billion in arms. **Reuters**, 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-taiwan-arms-idUSKBN19K2XO>>. Último acesso em: 26 de julho de 2018.

CHAN, Gloria; GAN, Nectar. Four key reasons Kuomintang lost the Taiwan election. **South China Morning Post**, 2016. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/1901897/four-key-reasons-kuomintang-lost-taiwan-election>>. Último acesso em: 23 de julho de 2018.

China accused of ‘dollar diplomacy’ as Taiwan loses second ally in a month. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/may/24/taiwan-criticises-china-after-burkina-faso-ends-diplomatic-relations>>. Último acesso em: 23 de julho de 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. American Institute in Taiwan. **U.S.-Taiwan Relations**. Disponível em: <<https://www.ait.org.tw/our-relationship/policy-history/us-taiwan-relations/>>. Último acesso em: 23 de julho de 2018.

HUANG, Kristin. Beijing launches live-fire drill to ‘test combat strength against Taiwan’. **South China Morning Post**, 2018. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2155868/beijing-launches-live-fire-drill-test-combat-strength>>. Último acesso em: 23 de julho de 2018.

HUNT, Katie. China's ramping up pressure on Taiwan. **CNN**, 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/05/28/asia/taiwan-china-explainer-intl/index.html>>. Último acesso em: 23 de julho de 2018.

KISSINGER, Henry. **On China**. Londres: The Penguin Press. 2011.

KNOWLTON, Brian. Bush warns Taiwan to keep status quo: China welcomes U.S. stance. **The New York Times**, 2003. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2003/12/10/news/bush-warns-taiwan-to-keep-status-quo-china-welcomes-us-stance.html>>. Último acesso em 26 de julho de 2018.

<sup>14</sup> Bush afirmou, em dezembro de 2003, durante visita oficial do primeiro ministro chinês aos Estados Unidos, que Washington se opõe “a qualquer decisão unilateral da China ou de Taiwan de mudar o status quo” e que, à época, os comentários e ações do líder taiwanês indicavam que ele poderia estar disposto a fazê-lo (KNOWLTON, 2003).

LIN, Shih-Chia. Including Taiwan Should Not Be a Troubling Issue for the WHO. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/04/including-taiwan-should-not-be-a-troubling-issue-for-the-who/>>. Último acesso em 23 de julho de 2018.

MCKENZIE, David; SWAILS, Brent. The kingdom that China just can't flip. **CNN**, 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/06/08/africa/china-taiwan-swaziland-intl/index.html>>. Último acesso em: 26 de julho de 2018.

ORCHARD, Phillip. The US and China Get Real About Taiwan. **Geopolitical Futures**, 2018. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/the-us-and-china-get-real-about-taiwan/>>. Último acesso em: 23 de julho de 2018.

TSAI, Shih-shan Henry. **Maritime Taiwan: Historical Encounters with the East and the West**. Nova Iorque: Routledge, 2015.

WONG, Yeni; WU, Ho-I; WANG, Kent. Tsai's Refusal to Affirm the 1992 Consensus Spells Trouble for Taiwan. **The Diplomat**, 2016. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2016/08/tsais-refusal-to-affirm-the-1992-consensus-spells-trouble-for-taiwan/>>. Último acesso em: 23 de julho de 2018.

YANG, William. US de facto embassy in Taiwan reopens as 'symbol of strength' of ties. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/jun/12/us-de-facto-embassy-in-taiwan-reopens-as-symbol-of-strength-of-ties>>. Último acesso em: 23 de julho de 2018.

YU, Ching-hsin. The centrality of maintaining the status quo in Taiwan elections. **Brookings**, 2017. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/opinions/the-centrality-of-maintaining-the-status-quo-in-taiwan-elections/>>. Último acesso em: 23 de julho de 2018.

## A POLÍTICA DE PODER NO ENCONTRO DE PUTIN E TRUMP EM HELSINQUE

*Lais Helena Ferreira dos Santos**Sabrina Rodrigues Pacheco*

O encontro entre Donald Trump e Vladimir Putin em Helsinque, em 16 de julho de 2018, representou um importante passo na estratégia de reaproximação que vem sendo avançada pelos dois líderes, em meio às controvérsias recentes nas relações entre Washington e Moscou. Trata-se da primeira reunião bilateral formal entre Trump e Putin na condição de chefes de Estado, seguida pela primeira entrevista conjunta à imprensa entre os líderes dos dois países em dez anos. O encontro propiciou uma ocasião oportuna para que finalmente temas contenciosos, como a crise na Ucrânia, as operações na Síria, a alegada interferência russa nas eleições americanas e em setores estratégicos dos EUA, e as sanções adotadas pelo Ocidente (Washington, Nações Unidas e União Europeia) contra Moscou, pudessem ser discutidos no âmbito pessoal. No que pese o conteúdo da conversa privada entre as duas partes não ter sido divulgado, a coletiva à imprensa evidenciou as assimetrias na capacidade de ambos de influenciar os eventos em seu favor: o encontro de Helsinque foi largamente interpretado pela mídia e pelo *establishment* americano como uma vitória pessoal de Putin.

Sobre o impasse acerca do estatuto político das zonas rebeldes no leste da Ucrânia, Putin falou brevemente, se limitando a declarações reforçando a importância da observância do Protocolo de Minsk – que dispõe, dentre outros, sobre o cessar-fogo e a instituição de um regime de semi autonomia no leste ucraniano – por parte de Kiev, e sobre a garantia de fornecimento do gás russo à Europa pelo duto que atravessa as regiões separatistas (CASA BRANCA, 2018). Quanto ao posicionamento de Trump sobre a anexação da Crimeia, Putin reiterou que a opinião do presidente americano se mantém contrária, contra argumentando, em sua defesa, que houve a realização prévia de um referendo em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional. Todavia, Litminova (2018) informa que, durante o encontro, Putin propôs informalmente a Trump a realização de referendos também em Donetsk e Luhansk, sob a supervisão de observadores internacionais, para definir permanentemente a instituição de regiões autônomas dentro da Ucrânia.

Por outro lado, muito mais ênfase foi dada a uma eventual cooperação entre as forças americanas e russas na Síria. Segundo Barmin (2018), Putin deixou claro seu desejo de “normalizar” a Síria, por meio da reconstrução do país, da repatriação dos imigrantes e do combate ao terrorismo. Seus objetivos se baseiam na visão russa de que a Guerra da Síria está consumada, e, logo, o apoio americano viria a calhar para a manutenção de Assad, em oposição

direta aos interesses americanos de mudança de regime durante os sete anos de conflito. Barmin (2018) argumenta que a campanha antiterror da Rússia na Síria mira as regiões de resistência rebelde enquanto negligencia focos do Estado Islâmico, ao passo que a reconstrução e ajuda humanitária fortalecem o regime de Assad. A menção da questão migratória acena não só para países adjacentes à Síria, mas também para países da União Europeia, onde a imigração emergiu como uma pauta sensível nos últimos anos.

Trump mencionou, positivamente, que já existe cooperação entre tropas russas e americanas na Síria, e elogiou, ainda, o engajamento recente entre Rússia e Israel na região. Alradad (2018) aponta que o estreitamento das relações entre os dois países indica a estratégia israelense de fraturar a aliança entre Moscou e Teerã na Síria, culminando com o afastamento das milícias iranianas das Colinas de Golã. Para Barmin (2018), a ausência quase completa de menção ao Irã no encontro – tema de importância central para os Estados Unidos – favorece o interesse de Putin de administrar as relações com o Irã diretamente com Israel. Mohammed e Stewart (2018) reiteram que a cooperação ampla entre russos e americanos na Síria é uma proposta de Moscou que vem sendo apresentada por meio de uma linha de comunicação militar direta com Washington há meses, e não um resultado do encontro em Helsinque.

Já a interferência russa nas eleições de 2016, por meio de ataques cibernéticos a sistemas do partido democrata, foi o assunto de maior repercussão abordado por Trump e Putin durante a conferência. A expectativa em torno do pronunciamento dos dois líderes atingiu um novo patamar após o indiciamento de 12 espões russos pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos no dia 13 de julho. Questionado sobre o tema, Trump afirmou não ter havido qualquer conluio entre os hackers russos e a sua campanha para a presidência, e que acredita na premissa da inocência dos russos. Segundo o presidente americano, as investigações seriam motivadas por críticas partidárias e pela insatisfação da mídia e dos democratas com a vitória eleitoral de Trump (CASA BRANCA, 2018). Putin, por sua vez, foi além ao sugerir explicitamente que os resultados das investigações eram falsos, se apoiando em seu conhecimento de causa, na condição de ex-agente da KGB: “eu mesmo fui um oficial de inteligência, sei como dossiês são fraudados” (TROIANOVSKI, 2018 a, tradução própria). Ao se alinhar com a posição de Putin, demonstrando ceticismo ante toda a evidência da interferência russa no processo democrático americano, Trump contradisse o trabalho do serviço de inteligência de seu próprio país, causando consternação ao longo de todo o espectro político.

A prevalência quase absoluta da visão de Putin em Helsinki, porém, pode se desdobrar em consequências negativas para os próprios interesses de Moscou. Gabuev (2018) sustenta

essa visão, argumentando que a magnitude da vitória de Putin tem o potencial de desencadear nos Estados Unidos uma reação de igual intensidade em um ambiente político cada vez mais hostil ao *modus operandi* da política de influência de Putin. Após o encontro, o congresso americano trouxe de volta à pauta uma proposta de lei que prevê duras sanções à Rússia caso haja novas interferências nas eleições de meio de mandato, em novembro, e introduziu outra proposta, visando reduzir a dependência da Europa do gás russo e se contrapondo diretamente ao projeto do gasoduto *Nord Stream II*, que atravessa a Ucrânia. Apesar do tom conciliatório em Helsinque, novas sanções foram anunciadas em 9 de agosto pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. A medida anunciada responde ao envenenamento de um antigo oficial russo na Inglaterra em março, alegadamente perpetrado sob os auspícios de Moscou. (TROIANOVSKI, 2018 b). Timofeev (2018) nota que as propostas de novas sanções avançadas no congresso americano correm em paralelo a outras direcionadas à Coreia do Norte e ao Irã, agrupando a Rússia junto a outros *rogue states*, um importante revés após um encontro “de iguais” em Helsinque.

Trump e Putin possuem interesses que coincidem e divergem em diversas regiões do globo; entretanto, os dois líderes não se propuseram a construir um consenso amplo acerca de cada questão contenciosa. Miller e Sherfinski (2018) evidenciam o tom descompromissado de Trump, assinalando a declaração do presidente americano de ter “baixas expectativas” à frente do encontro, o que se soma à ausência de uma agenda prévia dos tópicos abordados. A opção de Trump por um discurso menos assertivo deu margem para a propagação da narrativa russa acerca dos eventos. O embaixador russo nos Estados Unidos, Anatoly Antonov, descreveu o encontro como fantástico e afirmou que importantes acordos orais foram obtidos (TASS, 2018). DeYoung (2018) aponta que a estratégia adotada por Putin após Helsinque consiste em associar as políticas de interesse nacional da Rússia aos resultados da cúpula, como as propostas de Putin de um referendo na Crimeia e de integração da ajuda americana na reconstrução da Síria.

Os resultados diretos da reunião, todavia, permanecem difusos em função do completo sigilo do conteúdo da conversa privada entre Putin e Trump e da ausência de documentos ou declarações finais elencando os pontos de acordo. Pifer (2018) observa que, à parte a entrevista conjunta concedida pelos dois presidentes à imprensa, pouco se sabe dos compromissos firmados e das decisões que efetivamente serão tomadas após Helsinque. De maneira pouco usual, o encontro não produziu uma declaração conjunta ou foi sucedido por uma sabatina com o Secretário de Estado Mike Pompeo ou o Conselheiro de Segurança Nacional John Bolton.

A realização do encontro de Helsinque foi, dentro da estratégia de Putin, mais um passo na reafirmação do papel da Rússia de potência de primeira linha, restaurando o *status quo* desse país como ator incontornável no sistema internacional, tal como fora a União Soviética no mundo bipolar, ou a Rússia Imperial no Concerto Europeu. A “vitória” de Putin no encontro foi apenas a coroação de uma política de prestígio bem-sucedida, com a própria realização do encontro, em primeiro lugar, já legitimando o estatuto da Rússia como potência de importância equivalente à dos Estados Unidos. À diferença das demonstrações de poder duro, como na intervenção militar direta na Síria e na apresentação do novo arsenal de “armas invencíveis” das forças militares russas, Helsinque representou uma chance de articulação do poder brando para a consolidação da posição russa em diversas frentes no globo com a anuência da principal força antagonista até então: os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a redução da discussão de questões de interesse que envolvem a resolução de conflitos no mundo ao foro bilateral alienou aliados históricos dos Estados Unidos, como a União Europeia e a OTAN.

O encontro de Helsinque também formaliza o novo *modus operandi* das relações russo-americanas, em paralelo ao restabelecimento de uma linha de comunicação direta entre Washington e Moscou, contornando todos os canais diplomáticos que poderiam vir a tornar muito mais complicada a obtenção dos objetivos traçados por Putin. Para Trump, Helsinque foi uma ocasião propícia, dada sua preferência pela negociação direta com Putin no âmbito interpessoal. Contudo, o nível ao qual cedeu o presidente americano evidenciou que chegar a um acordo com seu homólogo russo significou concordar ou se omitir ante seus posicionamentos, reforçando a percepção junto a grande parte do *establishment* e da sociedade americana de um presidente fraco, despreparado, e que põe os próprios interesses acima dos de seu país.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALRADAD, Omar. **Could Assad and Russia Expel Iran from Syria?**. Washington Institute for Near East Policy, 2018. Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/fikraforum/view/could-assad-and-russia-expel-iran-from-syria>>. Último acesso em: 4 de agosto de 2018.

BARMIN, Yury. What does the Helsinki summit mean for Syria? **Al Jazeera**, 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/helsinki-summit-syria-180717132946181.html>>. Último acesso em: 4 de agosto de 2018.

CASA BRANCA. **Remarks by President Trump and President Putin of the Russian Federation in Joint Press Conference**, 2018. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-president-putin-russian-federation-joint-press-conference/>>. Último acesso em: 4 de agosto de 2018.

DEYOUNG, Karen. Russia continues to shape narrative of Helsinki summit. **The Washington Post**, 2018. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/world/national-security/russia-continues-to-shape-narrative-of-helsinki-summit/2018/07/20/3ea54a98-8c40-11e8-a345-a1bf7847b375\\_story.html?utm\\_term=.256dcc657af0](https://www.washingtonpost.com/world/national-security/russia-continues-to-shape-narrative-of-helsinki-summit/2018/07/20/3ea54a98-8c40-11e8-a345-a1bf7847b375_story.html?utm_term=.256dcc657af0)>. Último acesso em: 4 de agosto de 2018.

GABUEV, Alexander. The Kremlin Is Celebrating Helsinki. For Now. **Foreign Policy**, 2018. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/07/20/the-kremlin-is-celebrating-helsinki-for-now/>>. Último acesso em: 4 de agosto de 2018.

Important agreements reached at Russia-US summit in Helsinki — Russian ambassador. **TASS Russian News Agency**, 2018. Disponível em: <<http://tass.com/politics/1013906/>>. Último acesso em: 4 de agosto de 2018.

LITMINOVA, Daria. Putin proposed eastern Ukraine vote to Trump in Helsinki – report. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/jul/20/putin-proposed-eastern-ukraine-vote-to-trump-in-helsinki-report>>. Último acesso em: 4 de agosto de 2018.

MILLER, S. A.; SHERFINSKI, David. With low expectations, Trump pressured to get tough with Putin on election meddling. **The Washington Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.washingtontimes.com/news/2018/jul/15/donald-trump-vladimir-putin-to-meet-in-helsinki-wi/>>. Último acesso em: 4 de agosto de 2018.

MOHAMMED, Arshad; STEWART, Phil. Exclusive: Despite tensions, Russia seeks U.S. help to rebuild Syria. **Reuters**, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-russia-syria-exclusive/exclusive-despite-tensions-russia-seeks-us-help-to-rebuild-syria-idUSKBN1KO2JP>>. Último acesso em: 4 de agosto de 2018.

PIFER, Steven. What Helsinki agreements? This is not normal. **Brookings Institution**, 2018. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/order-from-chaos/2018/07/19/what-helsinki-agreements-this-is-not-normal/>>. Último acesso em: 4 de agosto de 2018.

SALVADOR, Breno. 'Não vivemos nova Guerra Fria, e a Rússia quer influência', diz historiador. **O Globo**, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/nao-vivemos->

nova-guerra-fria-a-russia-quer-influencia-diz-historiador-22588294>. Último acesso em: 12 de agosto de 2018.

TIMOFEEV, Ivan. **Compromise Impossible: What the Sanctions Bill against Russia Means?**. Russian International Affairs Council, 2018. Disponível em: <<http://russiancouncil.ru/en/analytics-and-comments/analytics/compromise-impossible-what-the-sanctions-bill-against-russia-means/>>. Último acesso em: 10 de agosto de 2018.

TROIANOVSKI, Anton. Putin's view triumphs in Helsinki as Trump questions U.S. intelligence. **The Washington Post**, 2018 a. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/world/europe/putins-view-triumphs-in-helsinki-as-trump-questions-us-intelligence/2018/07/16/21639b52-8915-11e8-9d59-dccc2c0cabcf\\_story.html?noredirect=on&utm\\_term=.7231aaf9cdb1](https://www.washingtonpost.com/world/europe/putins-view-triumphs-in-helsinki-as-trump-questions-us-intelligence/2018/07/16/21639b52-8915-11e8-9d59-dccc2c0cabcf_story.html?noredirect=on&utm_term=.7231aaf9cdb1)>. Último acesso em: 8 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. Russia takes economic hit from new U.S. sanctions. That might help Putin. **Washington Post**, 2018 b. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/world/europe/putins-view-triumphs-in-helsinki-as-trump-questions-us-intelligence/2018/07/16/21639b52-8915-11e8-9d59-dccc2c0cabcf\\_story.html?noredirect=on&utm\\_term=.7231aaf9cdb1](https://www.washingtonpost.com/world/europe/putins-view-triumphs-in-helsinki-as-trump-questions-us-intelligence/2018/07/16/21639b52-8915-11e8-9d59-dccc2c0cabcf_story.html?noredirect=on&utm_term=.7231aaf9cdb1)>. Último acesso em: 10 de agosto de 2018.

## CAMINHO PARA A GLÓRIA: O JAPÃO NA LIDERANÇA DO LIVRE COMÉRCIO NA ÁSIA-PACÍFICO

*Rebecca Souza Batista*

“O Tratado Transpacífico (TPP) não se limita ao Oceano Pacífico”, afirmou Taro Kono, ministro das Relações Exteriores do Japão, em evento do G20 realizado em Buenos Aires, em maio deste ano. O discurso do ministro deixa claro o comprometimento japonês em expandir o TPP em tempos de protecionismo e soou como um convite aos países centro e sul-americanos a se unirem ao acordo – que já conta com a participação do México, do Chile e do Peru, mas não das duas maiores economias da América do Sul, Brasil e Argentina (NIKKEI ASIAN REVIEW, 2018). Após a saída dos Estados Unidos do TPP, no terceiro dia de presidência de Donald Trump, Tóquio tomou para si o difícil papel de líder na promoção do livre comércio na Ásia-Pacífico, posto também disputado por Pequim.

Desde seu retorno ao poder, em 2012, o primeiro ministro Shinzo Abe tem estado ativamente engajado em grandes negociações que versam sobre o comércio livre e sem barreiras. O governo japonês mostrou-se interessado em acordos com a União Europeia, além de outros países asiáticos, através do *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), acordo negociado no âmbito da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e que incluiria a China e a Índia. O TPP, no entanto, é o mais significativo. Para Stewart (2018), é muito mais do que um acordo comercial: o projeto visa estabelecer o modelo norte-americano de “capitalismo regulador” como o dominante na ordem econômica na Ásia-Pacífico. Trata-se, portanto, de uma alternativa à Nova Rota da Seda, proposta chinesa centrada no Estado.

O Tratado contava originalmente com doze países membros (TPP-12), sendo eles, Japão, Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura, Vietnã e Estados Unidos. Ao contrário do que se acreditava, a retirada norte-americana não representou o fim do acordo, mas sua reestruturação liderada pelo governo japonês. Takashi (2018) defende que o comprometimento de Shinzo Abe em realizar o TPP-11 baseou-se na crença de um “*Japan First*”, isto é, em fazer valer o que fosse mais vantajoso para o país e seus interesses. Além disso, acredita-se que parte dos esforços japoneses na reconfiguração do tratado desejavam que os Estados Unidos repensassem sua saída. Por outro lado, a pressão imposta por alguns países-membros também serviu de empurrão para que o Japão liderasse as discussões. México, Chile e Peru anunciaram que deixariam o tratado de lado e procurariam consolidar a integração econômica na Aliança do Pacífico caso os japoneses não tivessem a intenção de promover o TPP-11. Diante disso, Takashi (2018) sugere, também, que o governo

Abe sentiu o envolvimento potencial da China nesse cenário econômico latino-americano por consequência de sua crescente presença na região.

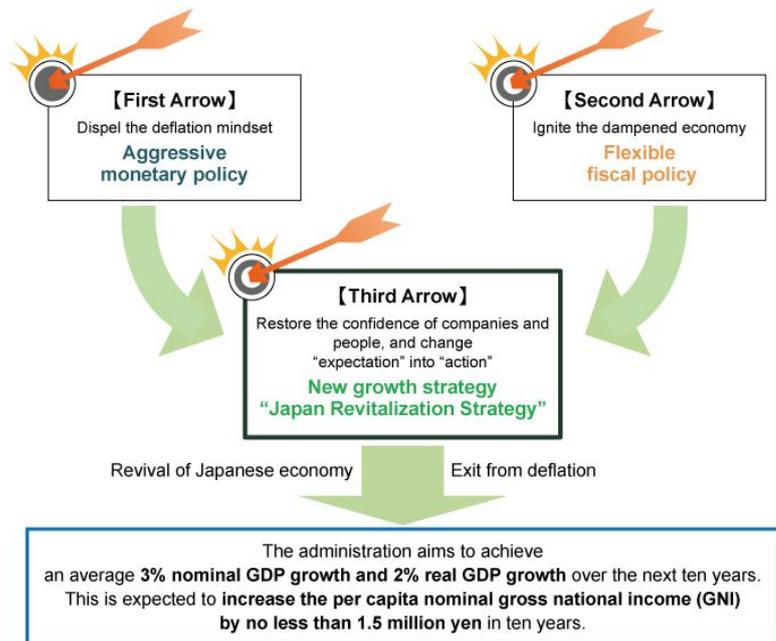
Não há dúvidas de que o Japão “salvou” o TPP, graças ao enorme esforço diplomático exercido para o andamento das discussões. Em novembro de 2017, os membros restantes, por fim, chegaram a um consenso. O tratado foi, então, renomeado *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership* (CPTTP). Apesar da suspensão de 22 provisões do acordo original, o TPP-11 foi exitoso em manter as regras comerciais de alto padrão e mais de 95% da eliminação de tarifas. Representando em torno de 14% da economia global, o tratado é essencialmente megaregulatório, versando sobre uma grande gama de assuntos, como comércio e investimento. Não só defende a redução de tarifas, como promove a economia digital e o comércio eletrônico; aborda regras de origem nas *supply chain* internacionais e alfandegárias; facilita a proteção da propriedade intelectual; impõe disciplina a empresas estatais, compras governamentais, práticas comerciais anticompetitivas e corrupção; etc. O objetivo é a promoção da integração econômica na região da Ásia-Pacífico, garantindo espaço para liberdade comercial, segurança para investimentos e *market ordering* (STEWART, 2018).

Para entrar em vigor, o CPTTP precisa ser ratificado por, no mínimo, seis países membros, passando a valer após 60 dias. O México foi o primeiro, em junho deste ano, a finalizar seus procedimentos domésticos; seguido pelo Japão, que ratificou no dia 6 de julho, e por Cingapura, pouco mais de uma semana depois desse (NIPPON KEIZAI SHIMBUN, 2018). Taro Kono disse que espera que a ratificação do Japão seja vista como uma “mensagem poderosa” ao mundo, tendo em vista que o país é um “porta estandarte do livre comércio”, e um passo significativo para criar regras “livres e justas” para a região. De fato, espera-se que a assinatura japonesa aumente a possibilidade de que o pacto entre em vigor ainda esse ano, tendo a administração Abe anunciado que trabalhará com os demais países signatários para que isso aconteça (HURST, 2018).

Faz-se necessário, no entanto, compreender de que forma o TPP atende aos interesses japoneses. Desde que assumiu o posto mais alto do país, há seis anos, Shinzo Abe tem como objetivo dar gás à economia japonesa e impedir a continuidade da deflação. Para tanto, traçou uma linha de políticas e reformas conhecidas como *Abenomics* e centradas nas “3 flechas” (Figura 2). O TPP, por ser um acordo comercial, está diretamente relacionado com a reforma estrutural pretendida por Abe ou a “terceira flecha”, podendo ser entendido como um passo para a estratégia de crescimento idealizada pelo governo, que visa criar condições para um crescimento duradouro e o aumento da competitividade corporativa. Estima-se que o pacto

aumente o PIB do país em 1.5% ou em 7.8 trilhões de ienes anualmente, e crie mais de 400 mil empregos. Todo (2015) explica que a razão pela qual se espera um crescimento tão proeminente a partir do TPP é porque, além da desregulamentação do comércio de bens, a desregulamentação do comércio em serviços (finanças, propriedade intelectual, etc.) e o investimento estrangeiro terão grandes impactos na economia.

Figura 2 – As 3 Flechas do Abenomics



Fonte: Japão (2013).

Como todas as áreas de negócios serão desreguladas, isso servirá de incentivo para que empresas japonesas entrem em mercados internacionais e aprofundem suas redes de produção na Ásia, o que, por sua vez, aumentará a renda dos japoneses. A forte proteção dos direitos de propriedade intelectual também promete aumentar a exportação de tecnologia japonesa. Se o objetivo principal da gestão Abe é revitalizar a economia japonesa, o TPP deve, portanto, ser visto como uma fonte fundamental para o crescimento econômico do país. Nas palavras de Hurst (2018), é no TPP que o Japão vê uma oportunidade de garantir sua vitória.

É preciso ter em mente, também, que o TPP em muito ajuda o Japão a conter a China expansionista. É da intenção do presidente chinês, Xi Jinping, que seu país se torne o novo líder do comércio mundial – não por acaso, os chineses se mostram tão determinados com o projeto da Nova Rota da Seda. O “*America First*” de Donald Trump criou um vácuo de liderança no bloco de livre comércio na Ásia-Pacífico, e Tóquio não está disposta a deixar que Pequim preencha esse espaço. Para tanto, o Japão tem agido estrategicamente através do TPP, na expectativa de que o “multilateralismo estratégico” do acordo seja capaz de conter a expansão comercial e econômica chinesa, visto que países-membros de médio porte podem cooperar e aumentar suas vozes, balanceando a região (KIM, 2018). O interesse japonês na América Central e do Sul não é coincidência, o país vê no TPP um meio de conter a crescente influência chinesa na região.

Entretanto, o pacto não é benéfico como um todo. Uma vez que entre em vigor, os consumidores terão acesso a alimentos e outros produtos mais baratos, por consequência da eliminação de tarifas, o que atingirá principalmente a agricultura e a indústria pesqueira japonesas. O governo prevê uma perda de 150 bilhões de ienes nesses setores. Harada (2013) explica que, embora muitas indústrias japonesas sejam vistas como fortes, ativas e competitivas no mercado global, a agricultura é uma exceção. A comunidade agrícola busca por proteção da competitividade internacional, subsídios e um tratamento favorável do governo, o que vinha conseguindo com relativo sucesso. Apesar de todos os privilégios conferidos a esse setor, a agricultura japonesa se opõe a qualquer movimento que leve ao livre comércio (HARADA, 2013). O discurso convidativo de Taro Kono à entrada dos países centro e sul-americanos no TPP é motivo de preocupação ainda maior. Afinal, a participação de dois grandes produtores agrícolas, Brasil e Argentina, poderia resultar no aumento das importações.

Além da possível perda por conta da abertura do setor agrícola doméstico à competição, os agricultores temem que o acordo enfraqueça as leis japonesas existentes sobre organismos geneticamente modificados (OGM) – consideradas mais fortes que as norte-americanas. O Japão, assim como muitos outros países, adota o Protocolo de Cartagena como base para o seu quadro jurídico nacional relativo aos OGMs. Embora o TPP também o faça, o acordo não deixa claro como o protocolo será implementado, tampouco aplica regulamentos de OGMs em alimentos, rações, ou pesquisas em laboratório, como o Protocolo o faz. Dessa forma, o TPP não restringe o comércio de organismos geneticamente modificados e estabelece que os países não sejam obrigados a modificar ou adotar leis, regulamentos ou políticas para controlar produtos de biotecnologia (FREINER, 2018). Diante das críticas domésticas e da pressão pela ratificação, o Congresso aprovou uma lei que garante o suporte a agricultores que serão expostos à competição internacional, o que permitiu que o país finalizasse seus procedimentos domésticos e ratificasse o acordo (THE JAPAN TIMES, 2018).

O Tratado Transpacífico ainda tem um longo caminho a percorrer. Contudo, seu futuro parece promissor. Já tendo sido ratificado por três países – México, Japão e Cingapura –, restam somente três para que o pacto entre em vigor e espera-se que isso venha a ocorrer dentro de pouco tempo. Reino Unido, Tailândia, Colômbia, Indonésia, Coreia do Sul e Taiwan já se mostraram interessados em compor o acordo uma vez que este seja efetivado (MORITA, 2018). Espera-se que o TPP sirva, ainda, de modelo e influencie outros acordos comerciais multilaterais, incluindo o *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), liderado pela ASEAN, o que fortaleceria o impacto de Tóquio nas negociações desse.

Quando o assunto é livre comércio, a administração Abe tem feito de tudo para posicionar o Japão no centro das negociações. O Tratado Transpacífico é, portanto, um caminho para a glória – e possível triunfo para o primeiro-ministro e suas reformas estruturais. O país vê no acordo uma oportunidade pela qual há anos aguarda: de vitória não só econômica, em termos domésticos, como também política, a nível regional. O fortalecimento do TPP não serve apenas para impulsionar o crescimento econômico japonês, mas pode vir a representar uma vitória sobre a China de Xi Jinping, ao diminuir seu protagonismo. Sendo assim, o pacto confere ao Japão um papel de líder na região do Pacífico, estabelecendo uma posição sólida tanto na economia global quanto na diplomacia. Nesse cenário, a mensagem que Tóquio manda ao mundo é simples: ela não está disposta a perder.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FREINER, Nicole. TPP Sows Fear in Japan's Agriculture Industry. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/01/tpp-sows-fear-in-japans-agriculture-industry/>>. Último acesso em: 25 de julho de 2018.

HARADA, Yukata. Japan's Agriculture and the TPP. **The Tokyo Foundation for Policy Research**, 2013. Disponível em: <<http://www.tokyofoundation.org/en/articles/2013/japan-agriculture-and-tpp>>. Último acesso em: 25 de julho de 2018.

HURST, Daniel. Amid US Trade Tensions, Japan Formally Completes TPP-11 Entry. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/07/amid-us-trade-tensions-japan-formally-completes-tpp-11-entry/>>. Último acesso em: 25 de julho de 2018.

JAPÃO. Gabinete do Primeiro Ministro. New Growth Strategy: **The Formulation of “Japan Revitalisation Strategy – Japan is Back –”**, 2013. Disponível em: <[https://japan.kantei.go.jp/96\\_abe/documents/2013/1200485\\_7321.html](https://japan.kantei.go.jp/96_abe/documents/2013/1200485_7321.html)>. Último acesso em: 25 de julho de 2018.

Japan completes domestic procedures to ratify 11-member TPP. **The Japan Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2018/07/06/business/japan-completes-domestic-procedures-ratify-11-member-tpp/#.W2RzRDpKjIV>>. Último acesso em: 25 de julho de 2018.

Japan urges more of Latin America to join TPP. **Nikkei Asian Review**, 2018. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Politics/International-Relations/Japan-urges-more-of-Latin-America-to-join-TPP>>. Último acesso em: 25 de julho de 2018.

KIM, Eunseo. The CPTPP and Its Implications for Japan. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/05/the-cptpp-and-its-implications-for-japan/>>. Último acesso em: 25 de julho de 2018.

MORITA, Takao. TPP shuseki kôshô-kan kaigô, 18-nichi kara shinki sanko no hôhō kyôgi. **Asahi Shimbun**, 2018. Disponível em: <<https://www.asahi.com/articles/ASL7F3474L7FULFA005.html>>. Último acesso em: 29 de julho de 2018.

STEWART, Richard B. TPP's Regulatory Capitalism and China's Belt and Road Challenges. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/05/tpps-regulatory-capitalism-and-chinas-belt-and-road-challenges/>>. Último acesso em: 25 de julho de 2018.

Singapôru, TPP wo hijun Mekishiko Nihon ni tsudzuki 3-kakoku-me. **Nippon Keizai Shimbun**, 2018. Disponível em: <<https://www.nikkei.com/article/DGXMZO33165170Z10C18A7EE8000/>>. Último acesso em: 29 de julho de 2018.

TAKASHI, Terada. How and Why Japan Has Saved the TPP: From Trump Tower to Davos. **The ASAN Forum**, 2018. Disponível em: <<http://www.theasanforum.org/how-and-why-japan-has-saved-the-tpp-from-trump-tower-to-davos/>>. Último acesso em: 25 de julho de 2018.

TODO, Yasuyuki. How TPP will change the Japanese economy. **VoxEU**, 2015. Disponível em: <<https://voxeu.org/article/how-tpp-will-change-japanese-economy>>. Último acesso em: 25 de julho de 2018.

THABET, Abdelaziz M.; THABET, Sanaa S.; VOSTANIS, Panos. The relationship between war trauma, PTSD, depression, and anxiety among Palestinian children in the Gaza Strip. **Health Science Journal**, v. 10, n. 5, 2016. Disponível em: <<http://www.hsj.gr/medicine/the-relationship-between-war-trauma-ptsd-depression-and-anxiety-among-palestinian-children-in-the-gaza-strip.pdf>>. Último acesso em: 06 de agosto de 2018.